

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração	14
----------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	63
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	66
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	67
--	----

Motivos de Reapresentação	68
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.539.097
Preferenciais	0
Total	1.539.097
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	1.347.054	1.309.653	1.171.003
1.01	Ativo Circulante	15.334	16.385	19.724
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.086	7.361	10.372
1.01.03	Contas a Receber	6.513	6.137	5.268
1.01.03.01	Clientes	6.508	6.121	5.268
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5	16	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	570	1.515	1.705
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	570	1.515	1.705
1.01.07	Despesas Antecipadas	771	859	1.759
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	394	513	620
1.01.08.03	Outros	394	513	620
1.02	Ativo Não Circulante	1.331.720	1.293.268	1.151.279
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	129.423	101.715	93.872
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	13.380	12.456	11.753
1.02.01.07	Tributos Diferidos	113.525	85.854	59.495
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	113.525	85.854	59.495
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	703	613	772
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.815	2.792	21.852
1.02.01.10.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.711	915	18.178
1.02.01.10.04	Diferidos	104	1.877	3.674
1.02.03	Imobilizado	2.437	2.153	1.730
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.437	2.153	1.730
1.02.04	Intangível	1.199.860	1.189.400	1.055.677
1.02.04.01	Intangíveis	1.199.860	1.189.400	1.055.677
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.199.860	1.189.400	1.055.677

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	1.347.054	1.309.653	1.171.003
2.01	Passivo Circulante	94.241	81.972	121.448
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.551	3.753	3.575
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.551	3.753	3.575
2.01.02	Fornecedores	14.067	20.155	22.814
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.067	20.155	22.814
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.726	2.537	3.549
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.413	1.425	2.446
2.01.03.01.02	IRRF	59	109	1.485
2.01.03.01.03	PIS	150	116	72
2.01.03.01.04	COFINS	753	573	335
2.01.03.01.05	Tributos Federais Retidos	451	627	554
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.313	1.112	1.103
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	44.375	38.326	24.953
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	42.702	38.162	24.778
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	42.702	38.162	24.778
2.01.04.02	Debêntures	1.673	164	175
2.01.05	Outras Obrigações	8.403	7.523	44.372
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	706	504	35.450
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	132	64	1.387
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	574	440	34.063
2.01.05.02	Outros	7.697	7.019	8.922
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	5.145	6.105	5.504
2.01.05.02.05	Taxa de Fiscalização	286	277	264
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	2.266	637	3.154
2.01.06	Provisões	21.119	9.678	22.185
2.01.06.02	Outras Provisões	21.119	9.678	22.185
2.01.06.02.05	Provisão para Manutenção em Rodovia	21.119	9.678	22.185
2.02	Passivo Não Circulante	441.040	472.967	711.389

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	409.776	433.003	448.365
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	257.294	289.450	313.226
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	257.294	289.450	313.226
2.02.01.02	Debêntures	152.482	143.553	135.139
2.02.02	Outras Obrigações	0	0	225.440
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	225.440
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	0	225.440
2.02.04	Provisões	31.264	39.964	37.584
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.288	12.032	10.855
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.857	554	171
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	412	459	296
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	11.019	11.019	10.388
2.02.04.02	Outras Provisões	17.976	27.932	26.729
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovia	17.976	27.932	26.729
2.03	Patrimônio Líquido	811.773	754.714	338.166
2.03.01	Capital Social Realizado	1.033.034	916.534	448.818
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-221.261	-161.820	-110.652

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	232.703	318.872	279.829
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-252.548	-334.627	-271.807
3.02.01	Custos dos Serviços Prestados	-165.930	-145.805	-104.262
3.02.02	Custos dos Serviços de Construção	-86.618	-188.822	-167.545
3.03	Resultado Bruto	-19.845	-15.755	8.022
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-23.228	-16.271	-22.815
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.517	-16.196	-22.967
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-22.071	-14.974	-21.779
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-1.446	-1.222	-1.188
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	152
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	289	-75	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-43.073	-32.026	-14.793
3.06	Resultado Financeiro	-44.039	-45.501	-60.594
3.06.01	Receitas Financeiras	2.138	5.367	2.622
3.06.02	Despesas Financeiras	-46.177	-50.868	-63.216
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-87.112	-77.527	-75.387
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	27.671	26.359	25.629
3.08.02	Diferido	27.671	26.359	25.629
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-59.441	-51.168	-49.758
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-59.441	-51.168	-49.758
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,04020	-0,04874	-0,11440
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,04020	0,04874	-0,11440

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-59.441	-51.168	-49.758
4.03	Resultado Abrangente do Período	-59.441	-51.168	-49.758

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	28.878	38.023	6.998
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	135.705	116.000	96.151
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	82.046	68.695	44.377
6.01.01.03	Baixa de ativos permanentes	255	454	126
6.01.01.04	Imposto de renda e contrubuição social diferidos	-27.671	-26.359	-25.629
6.01.01.05	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-383	-1.147	-1.303
6.01.01.06	Juros e variações monetárias de empréstimos	28.092	29.415	26.082
6.01.01.07	Juros e variações monetárias de debêntures	14.517	6.381	1.618
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre mútuos	0	11.258	32.248
6.01.01.09	Despesas/(receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	2.219	2.604	2.131
6.01.01.10	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	10.425	2.597	11.283
6.01.01.11	Constituição de provisão para manutenção	26.205	22.102	5.218
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-47.386	-26.809	-39.395
6.01.02.01	Contas a receber	-387	-853	-126
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	11	-16	20
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-2	1.496	-1.442
6.01.02.05	Impostos a recuperar	1.236	1.212	379
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-796	17.263	-159
6.01.02.07	Outras contas a receber	59	-44	-72
6.01.02.09	Fornecedores	-2.497	-5.244	-2.662
6.01.02.10	Fornecedores - partes relacionadas	190	-316	-47
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	-2.361	-1.779	-2.006
6.01.02.12	Obrigações sociais	-202	178	38
6.01.02.13	Obrigações fiscais	598	-2.836	-114
6.01.02.17	Riscos cíveis e trabalhistas	-9.169	-1.420	-548
6.01.02.18	Pagamento de juros	-35.766	-32.134	-33.752
6.01.02.19	Outros passivos	1.700	-2.316	1.096
6.01.03	Outros	-59.441	-51.168	-49.758
6.01.03.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-59.441	-51.168	-49.758

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-117.927	-223.333	-158.576
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-807	-815	-641
6.02.02	Aquisições de itens do Intangível	-116.288	-221.940	-154.764
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-1.718	-1.330	-5.866
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	886	752	2.695
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	88.774	182.299	155.059
6.03.01	Captações	0	3.589	10.903
6.03.02	Pagamentos	-28.913	-24.027	-21.844
6.03.03	Aumento de capital	116.500	199.000	166.000
6.03.09	Risco Sacado	1.187	3.737	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-275	-3.011	3.481
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.361	10.372	6.891
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.086	7.361	10.372

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	916.534	0	0	-161.820	0	754.714
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	916.534	0	0	-161.820	0	754.714
5.04	Transações de Capital com os Sócios	116.500	0	0	0	0	116.500
5.04.01	Aumentos de Capital	116.500	0	0	0	0	116.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-59.441	0	-59.441
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-59.441	0	-59.441
5.07	Saldos Finais	1.033.034	0	0	-221.261	0	811.773

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	448.818	0	0	-110.652	0	338.166
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	448.818	0	0	-110.652	0	338.166
5.04	Transações de Capital com os Sócios	467.716	0	0	0	0	467.716
5.04.01	Aumentos de Capital	467.716	0	0	0	0	467.716
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-51.168	0	-51.168
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-51.168	0	-51.168
5.07	Saldos Finais	916.534	0	0	-161.820	0	754.714

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	282.818	0	254	-61.148	0	221.924
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.818	0	254	-61.148	0	221.924
5.04	Transações de Capital com os Sócios	166.000	0	0	0	0	166.000
5.04.01	Aumentos de Capital	166.000	0	0	0	0	166.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-49.758	0	-49.758
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-49.758	0	-49.758
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-254	254	0	0
5.06.04	Absorção de prejuízos com reserva de lucros	0	0	-254	254	0	0
5.07	Saldos Finais	448.818	0	0	-110.652	0	338.166

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	247.067	331.956	291.026
7.01.02	Outras Receitas	247.067	331.956	291.026
7.01.02.01	Prestação de Serviços	159.449	142.144	122.770
7.01.02.02	Receita dos serviços de construção	86.618	188.822	167.545
7.01.02.03	Outras receitas	1.000	990	711
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-174.734	-263.960	-233.016
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.770	-8.907	-8.367
7.02.04	Outros	-165.964	-255.053	-224.649
7.02.04.01	Custo de serviços prestados	-34.404	-33.243	-32.544
7.02.04.02	Custo de Serviços de construção	-86.618	-188.822	-167.545
7.02.04.03	Custo da concessão	-6.044	-5.901	-5.522
7.02.04.04	Custo de provisão de Manutenção em Rodovia	-26.205	-22.102	-5.218
7.02.04.05	Outros	-12.693	-4.985	-13.820
7.03	Valor Adicionado Bruto	72.333	67.996	58.010
7.04	Retenções	-82.046	-68.695	-44.377
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-82.046	-68.695	-44.377
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-9.713	-699	13.633
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.823	16.246	30.510
7.06.02	Receitas Financeiras	2.138	5.367	2.622
7.06.03	Outros	3.685	10.879	27.888
7.06.03.01	Juros capitalizados	3.676	10.886	27.888
7.06.03.02	Outros	9	-7	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-3.890	15.547	44.143
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-3.890	15.547	44.143
7.08.01	Pessoal	18.609	17.925	17.199
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.126	13.684	12.974
7.08.01.02	Benefícios	3.476	3.351	3.271
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.007	890	954
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-13.343	-13.458	-14.479

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.08.02.01	Federais	-21.362	-20.608	-20.655
7.08.02.02	Estaduais	0	1	1
7.08.02.03	Municipais	8.019	7.149	6.175
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	50.285	50.990	55.523
7.08.03.01	Juros	42.609	35.796	27.700
7.08.03.02	Aluguéis	818	677	520
7.08.03.03	Outras	6.858	14.517	27.303
7.08.03.03.02	Juros capitalizados	3.676	10.886	24.478
7.08.03.03.03	Outras	3.182	3.631	2.825
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-59.441	-51.168	-49.758
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-59.441	-51.168	-49.758
7.08.05	Outros	0	11.258	35.658
7.08.05.01	Juros partes relacionadas	0	11.258	32.248
7.08.05.02	Juros capitalizados sobre mútuos	0	0	3.410



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
DA AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Planalto Sul S.A. (“Companhia” ou “Planalto Sul”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A concessão da Planalto Sul foi outorgada em fevereiro de 2008 através da licitação 006/2007, tendo como objeto a exploração do lote 2 do Programa de Concessões de Rodovias Federais. O trecho concedido compreende 412,7 quilômetros da Rodovia BR-116 que liga a cidade de Curitiba - PR à divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. A Companhia, subsidiária integral da Arteris S.A. e uma das dez concessionárias do Grupo, é responsável por administrar e conservar a rodovia BR-116 durante os 25 anos de vigência do contrato de concessão.

O trecho administrado pela Companhia corta as cidades de Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Quitandinha, Campo do Tenente e Rio Negro no estado do Paraná, Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Monte Castelo, Santa Cecília, Ponte Alta do Norte, São Cristovão do Sul, Ponte Alta, Correia Pinto, Lages e Capão Alto no estado de Santa Catarina, interligando a região sudeste com o interior dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo um dos principais corredores de escoamento da produção agrícola desses Estados.

Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Nome da Praça	Localização	Tarifa R\$
Fazenda Rio Grande	BR 116 Km 134+400 PR	6,50
Rio Negro	BR 116 Km 204+100 PR	6,50
Monte Castelo	BR 116 Km 081+600 SC	6,50
Santa Cecília	BR 116 Km 152+000 SC	6,50
Correia Pinto	BR 116 Km 233+100 SC	6,50

EVENTOS RELEVANTES

Relatório da Administração



No ano de 2017 a Companhia foi a empresa piloto e pioneira para implantação do Projeto Cruzeiro do Sul que tem como finalidade substituir os equipamentos e sistema de arrecadação de pedágio de todas as concessionárias do Grupo. O processo de implantação e testes teve início no mês de julho de 2017 e término de implantação em 2018. O novo sistema está operando de forma linear com as operações das praças trazendo mais agilidade e qualidade no atendimento ao usuário. Também gerando maior segurança nas informações econômicas e financeiras bem como maior integração entre as praças de pedágio e área financeira da Companhia.

Em 2018 tivemos a liberação da obra da Serra do Espigão, gerando impacto positivo na fluidez do tráfego, assim como operou o ano sem incidentes, principalmente nos períodos de chuva, os quais eram recorrentes.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

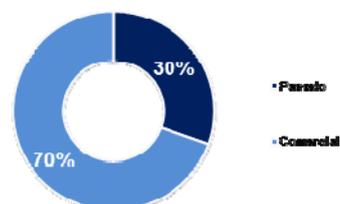
Tráfego

O tráfego pedagiado totalizou 27 milhões de veículos equivalentes em 2018, apresentando melhora em relação ao exercício anterior. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias. Em 2018 o cenário econômico nacional sofreu reflexo negativo com a greve dos caminhoneiros, porém os sinais de recuperação se deram gradativamente logo após o término da greve, onde o impacto gerado foi estabilizado pela melhora no cenário econômico.

Tráfego Pedagiado
Veículos Equivalentes (milhões)



Composição do Tráfego
Ano 2018

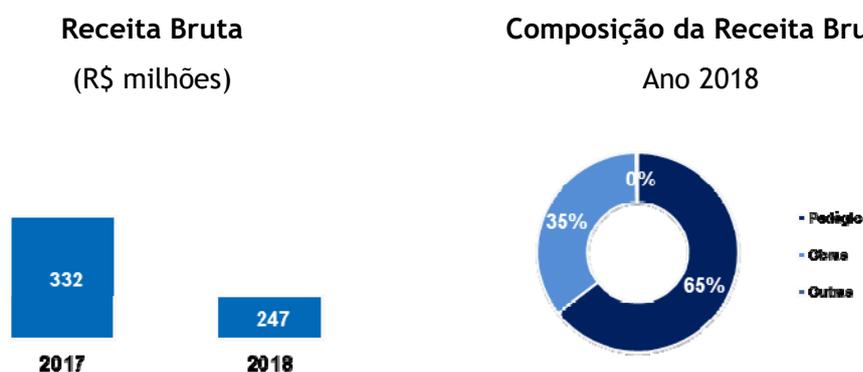


Relatório da Administração



Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$247 milhões em 2018, redução de 25,6% na comparação com os R\$332 milhões registrados no exercício de 2017.



A receita de pedágio apresentou um incremento de 12,2%, passando de R\$142,1 milhões em 2017 para R\$159,4 milhões em 2018. Esse aumento é explicado principalmente pelo reajuste de 7,14% da tarifa de pedágio de R\$5,60 para R\$6,00 ocorrido em dezembro de 2017.

A receita de obras registrou redução de R\$102,2 milhões, representando um decréscimo de 54,1%, passando de R\$188,8 milhões em 2017 para R\$86,6 milhões em 2018. A receita de obras varia em função do cronograma de obras previsto no contrato de concessão. Para o ano de 2018 havia volume menor de obras a realizar se comparado com o exercício de 2017. As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$709 mil em 2018, um acréscimo de R\$100 mil em relação a 2017. Esse aumento se deve principalmente a negociação de novos contratos para utilização da faixa de domínio, também tivemos reajustes dos contratos existentes atrelados ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

No ano de 2018, a Companhia obteve receita líquida de R\$232,7 milhões, ante R\$318,9 milhões em 2017.

Relatório da Administração



Planalto Sul

Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2018	2017	Var.
Custo dos serviços de construção	(86,6)	(188,8)	-54,1%
Serviços de terceiros	(21,4)	(21,3)	0,5%
Pessoal	(17,2)	(16,7)	3,0%
Provisão p/ manutenção em rodovia	(26,2)	(22,1)	18,6%
Conservação	(14,8)	(14,2)	4,2%
Taxa de fiscalização	(3,4)	(3,3)	3,0%
Seguros e garantias	(1,7)	(1,8)	-5,6%
Remuneração da Administração	(1,4)	(1,2)	16,7%
Consumo	(3,6)	(3,3)	9,1%
Outros	(17,7)	(9,4)	88,3%
Custos e despesas	(194,0)	(282,1)	-31,2%

Em 2018, os custos e despesas totais (excluindo depreciações e amortizações) apresentaram uma redução de -31,2% em relação ao exercício de 2017. A variação nos principais custos e despesas são apresentadas conforme segue:

- A rubrica “Serviços de terceiros” permaneceu em linha, variando 0,5% em relação a igual período do ano anterior devido principalmente a redução dos serviços jurídicos, em contra partida houveram reajustes contratuais dos serviços de guincho e atendimento pré-hospitalar, os quais são atrelados ao IPCA;
- Custos e despesas com “Pessoal” apresentou aumento de 3,0% em 2018 na comparação com 2017. Esses custos foram influenciados principalmente pelo reajuste salarial anual de 2,0%;
- Aumento em “Provisão para manutenção em rodovia” é resultado da revisão da previsão de execução de manutenção conforme o contrato de concessão. No ano de 2018 tivemos execução de manutenção da rodovia onde houve desembolso de R\$26,9 milhões;
- Conservação da rodovia apresentou aumento de 4,2% devido a custos maiores com conservação e limpeza da faixa de domínio e sinalização da rodovia. Redução dos custos com serviços emergenciais tais como, desobstrução de pista e contenção de terraplenos, conservação de drenagem e manutenção elétrica.
- A Taxa de Fiscalização é atrelada ao índice de reajuste da tarifa básica de pedágio;

Relatório da Administração



Planalto Sul

- Outros custos registraram aumento em relação a 2017 devido principalmente a maiores custos com o poder concedente ocorridas no ano.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2018	2017	Var.
Receita Líquida	232,7	318,9	-27,0%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(194)	(282,1)	-31,3%
EBITDA ¹	38,7	36,8	5,2%
(+) Provisão para manutenção de rodovia	26,2	22,1	18,6%
EBITDA Ajustado²	64,9	58,9	10,2%

1 EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2 Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovia advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2018 em R\$64,9 milhões, um aumento de 10,2% em relação ao exercício anterior. Esse aumento é devido principalmente pelo aumento da tarifa de pedágio.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2018	2017	Var.
Receitas Financeiras	2,1	5,4	-61,1%
Despesas Financeiras	(46,2)	(50,9)	-9,2%
Resultado Financeiro Líquido	(44,1)	(45,5)	-3,1%

Em 2018, a Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$44,1 milhões, uma melhora de 3,1% em relação ao ano de 2017.

As receitas financeiras totalizaram R\$2,1 milhões em 2018, uma redução de -61,1% (R\$3,3 milhões) em relação ao ano anterior. Essa variação se deve principalmente ao reconhecimento no período de 2017 no valor de R\$ 3,3 milhões de atualização monetária dos depósitos judiciais.

As despesas financeiras apresentaram uma redução de R\$4,7 milhões (-9,2%) em relação à 2017. Isso se deve à diminuição das taxas de juros que incidem sobre os financiamentos e à

Relatório da Administração



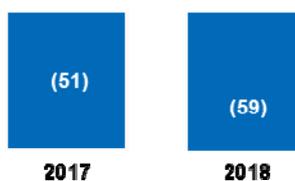
Planalto Sul

capitalização da totalidade dos empréstimos que a Companhia possuía com a controladora Arteris S/A. em abril/2017.

Prejuízo

A companhia apresentou um prejuízo líquido de R\$59 milhões no exercício de 2018 ante um prejuízo de R\$51 milhões apresentado em 2017. Essa variação decorre principalmente do aumento da rubrica de provisão de manutenção, depreciação e amortização e custos com o poder concedente, que acabaram anulando a melhora da ordem de 10% registrada no resultado operacional.

Prejuízo (R\$ milhões)



Endividamento

R\$ milhões	2018	2017	Var.
Dívida Bruta	454,2	471,3	-3,6%
Curto Prazo	44,4	38,3	15,8%
Longo Prazo	409,8	433,0	-5,4%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	(20,5)	(19,8)	3,3%
Dívida Líquida	433,7	451,5	-3,9%

¹ Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2018, o endividamento bruto totalizou R\$454,2 milhões, apresentando redução de R\$17,2 milhões (3,6%) menor em relação ao ano anterior. A redução do endividamento é resultado principalmente dos pagamentos efetuados das parcelas dos empréstimos de Longo Prazo junto ao BNDES.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2018 em R\$433,7 milhões, praticamente

Relatório da Administração

igual ao apresentando em 2017. O grau de alavancagem medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado ficou em 6,6x, enquanto que ao final do exercício anterior esta relação era de 7,7x.

INVESTIMENTOS

A principal obra da Concessionária é a Duplicação de 25,4 quilômetros da BR-116/PR entre Curitiba (PR) e Mandirituba (PR), que foi concluída em dezembro de 2017.

Durante o ano, foi realizada a implantação de 12,6 quilômetros de Terceira Faixa entre os municípios de Mafra, Itaiópolis e Santa Cecília/SC e a conclusão das obras de Contenções entre os km 103,380 ao km 108,770 na Serra do Espigão.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

Descrição	2018	2017
Empregos diretos	309	344
Índice de rotatividade	2,22%	1,97%

No que concerne à diversidade, a Planalto Sul apresenta uma participação majoritária de 52,43% de homens, contra 47,57% de mulheres. A média de idade está concentrada em 33 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 96,44% dos profissionais. Vale mencionar que 22,33% possuem superior completo.

Ao longo de 2018, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. Foram investidas 23.205 horas de treinamento total, que contabiliza 70 horas per capita.

SUSTENTABILIDADE

A Arteris é uma companhia que conduz seus negócios e tomadas de decisões de forma sustentável, garantindo que sua atuação esteja atrelada a um planejamento estratégico alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Para o Grupo, a sustentabilidade do negócio tem como objetivo oferecer soluções e grandes entregas para o desenvolvimento da infraestrutura brasileira, além de gerar valor para todos os seus stakeholders e comunidades próximas a sua operação.

Nesse contexto, a Arteris trabalha cinco pilares estratégicos que visam orientar o planejamento da companhia. São eles: integridade, crescimento e rentabilidade, pessoas, segurança, e relações

Relatório da Administração



e diálogo. Além disso, o Grupo possui outros dois temas transversais que permeiam todos os pilares: ação social e tecnologia e inovação.

INTEGRIDADE

A integridade está no DNA da Arteris e em tudo o que ela faz. Atualmente, a companhia conta com um Programa de Integridade, cujo objetivo é garantir que todos os departamentos da companhia estejam igualmente alinhados com o tema, atuando dentro dos padrões da ética e com transparência.

Dentro do Plano de Sustentabilidade da Arteris, a integridade é uma premissa que vai além de gerar uma boa reputação para a companhia. Ela é princípio fundamental para todas as ações do Grupo em seus mecanismos de controle, na implantação de políticas e práticas anticorrupção e no atendimento à legislação e regras. Constantemente, o Grupo apresenta suas práticas de governança perante o setor, a fim de ampliar os mecanismos de avaliação e controle de riscos de compliance.

Nesse contexto, em 2018, a Arteris e todas as empresas pertencentes ao Grupo aderiram ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, criado pelo Instituto Ethos. Ao assinar o Pacto, o Grupo assumiu o compromisso de divulgar a legislação brasileira anticorrupção para seus colaboradores e públicos de interesse, a fim de que ela seja cumprida em sua totalidade. Além disso, se comprometeu a impedir qualquer forma de suborno, trabalhar pela legalidade e primar pela transparência de informações e colaboração em investigações, quando necessário.

CRESCIMENTO E RENTABILIDADE

Ao longo dos anos, a Arteris tem se consolidado no setor como uma empresa focada em crescimento do negócio, tanto por meio de suas concessões existentes como pelo mapeamento de novas oportunidades no setor.

Oferecer serviços com excelência aos usuários e buscar projetos rentáveis para o Grupo e seus acionistas são as premissas que norteiam esse pilar e todas as iniciativas da companhia. Além disso, a Arteris é comprometida com os cuidados com o meio ambiente, desenvolvendo iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas por suas operações.

Ano a ano, os investimentos do Grupo em infraestrutura, excelência operacional, campanhas de conscientização e comunicação vêm contribuindo para transformar a realidade das rodovias concedidas, aprimorando continuamente suas condições de tráfego, comodidade e segurança, ao

Relatório da Administração



mesmo tempo em que favorecem para o crescimento sustentável do negócio do ponto de vista financeiro.

PESSOAS

A Arteris conduz o desenvolvimento de seus colaboradores de forma que o crescimento pessoal e profissional de cada um estimule o crescimento do negócio. Reter talentos e engajar o público interno nos temas voltados para sustentabilidade estão entre as prioridades estratégicas da companhia.

Adicionalmente, a empresa trabalha constantemente para conectar o desenvolvimento de seus profissionais com ações de voluntariado. O programa de voluntários do Grupo oferece aos colaboradores da Arteris a possibilidade de praticarem a cidadania, em linha com os valores da companhia.

SEGURANÇA

O respeito à vida é parte integrante do Plano de Sustentabilidade da companhia, que tem como um dos principais desafios buscar zero fatalidades e liderar o debate para o desenvolvimento de ações conjuntas e estruturadas sobre o tema, fortalecendo a cultura de mobilidade segura na sociedade.

Quando se fala de sustentabilidade, a Arteris acredita que a segurança reflete o impacto positivo do negócio para a sociedade, seja por meio da excelência da operação, seja pela transformação no comportamento provocada pelas campanhas e programas da companhia voltados para educação no trânsito.

A Arteris está comprometida com a meta da “Década de Ação pela Segurança no Trânsito”, da ONU, que estabelece o objetivo de reduzir as mortes no trânsito pela metade até 2020. Até o momento, o Grupo já reduziu em 46% o total de fatalidades em suas rodovias no período de 2011 a 2018.

Iniciativas como essa reforçam o comprometimento do Grupo em ser referência em segurança não só nas rodovias que administra, mas também no contexto de segurança do trabalho.

RELAÇÕES E DIÁLOGOS

A Arteris é uma empresa engajada em propor e promover discussões públicas sobre temas estratégicos do negócio e do setor como um todo. Potencializar o relacionamento com stakeholders que permitam gerar valor compartilhado para o Grupo é uma prática de diferentes

Relatório da Administração

áreas da companhia, principalmente em assuntos relacionados à operação e eficiência ambiental, com foco na redução de impactos e identificação de novas oportunidades.

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Conduzir todos os pilares sob uma perspectiva inovadora é a maneira que o Grupo enxerga para estimular melhoria de processos, identificar oportunidades de parceria e negócios, além de manter o protagonismo nas discussões do setor.

AÇÃO SOCIAL

Com relação às ações sociais, a companhia acredita na estratégia de alinhá-las ao ciclo de vida de suas empresas e respectivas localidades, a partir de uma política de investimento social com critérios claros.

Atualmente, a Arteris conta com o Projeto Escola, que, há 17 anos, desenvolve atividades com professores e alunos da rede pública de educação. Além disso, o Grupo também desenvolve diversas ações que disseminam mensagens de segurança junto a públicos estratégicos para a redução de acidentes, iniciativas voltadas para saúde e bem estar, e apoio a projetos culturais, sociais e esportivos, com o objetivo de promover a inclusão social.

AGRADECIMENTOS

A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de profissionais pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS**Relacionamento com Auditores Independentes**

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n° 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Relatório da Administração**Declaração da Diretoria**

Na qualidade de Diretores da Planalto Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Rio Negro, 28 de fevereiro de 2019.

Diretoria

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro /
Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Diretora Jurídica

Contador
Adriano Joni Grohskopf
CRC-SC 028502/O-3 S-PR

Conselho de Administração

Andre Dorf
Conselheiro

Linomar Barros Deroldo
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheira

Juan Gabriel Lopez Moreno
Conselheiro

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de
2018 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações
Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Avenida Afonso Petschow, 4040 bairro Industrial. Constituída em 19 de dezembro de 2007, e sua controladora e "holding" é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT" ou "Poder Concedente"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de dezembro de 2018 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$78.907 (R\$65.587 em 31 de dezembro de 2017).

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer face às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos classificados no circulante, e manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedagiado e dos reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários. A Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2019.

2. CONCESSÕES

A Autopista Planalto Sul S.A. é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007.

A Sociedade está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134 - PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

- 25,4 kms de duplicações de rodovia.
- 48,3 kms de terceiras faixas.
- 13,72 kms de vias laterais.
- Construção de cinco trevos completos.
- Construção do dispositivo viário do Distrito Industrial de Curitiba – PR.
- Construção de onze passarelas.
- Construção de cinco praças de pedágio.
- Construção de nove bases de serviços operacionais – BSO's.
- Implantação ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser de forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

- a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$1.846. A partir de 31 de dezembro de 2018 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$26.613 a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- b) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.
- c) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.
- d) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

- e) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- f) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- g) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima, em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$91.716 (R\$112.324 em 31 de dezembro de 2017) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$265.277 (R\$224.026 em 31 de dezembro de 2017) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2018 estas obras estão estimadas em R\$37.430 (R\$108.466 em 31 de dezembro de 2017). Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- i. Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 17.

A Sociedade continua com as negociações para firmar nos próximos meses Termo de Ajuste de Conduta - TAC, com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão.

3. BASE DE PREPARAÇÃO**Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão, cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Sociedade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas divulgadas em 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção de novos pronunciamentos contábeis conforme mencionado abaixo:

Classificação dos ativos e passivos financeiros na adoção inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros

O quadro abaixo apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48:

Notas Explicativas**Autopista Planalto Sul S.A.**

Ativo ou passivo financeiro	Classificação inicial pelo CPC 40	Saldo em 31.12.2017	Nova classificação de acordo com o CPC 48
Equivalentes de caixa	Ativo financeiro mantido até o vencimento	7.361	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Contas a receber clientes	Empréstimos recebíveis	6.121	Custo amortizado
Aplicações financeiras vinculadas	Ativo financeiro mantido até o vencimento	12.456	Mensurados a valor justo por meio de resultado
*Outros Créditos	Ativo financeiro mantido até o vencimento	513	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	323.901	Custo amortizado
Debêntures	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	143.717	Custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	26.260	Custo amortizado
Fornecedores - Risco sacado	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	3.711	Custo amortizado
Partes relacionadas	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	504	Custo amortizado
Taxa de fiscalização	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	277	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	637	Custo amortizado

(*) As aplicações financeiras vinculadas de acordo com a nova classificação do CPC 48 são mensuradas a valor justo por meio do resultado, tendo sido alterada a descrição utilizada na apresentação do trimestre anterior em divulgação na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

4.1 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: mensurados ao valor justo por meio de resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e custo amortizado.

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

No caso da Sociedade, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros derivativos. Os saldos dos instrumentos derivativos não liquidados são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras e classificados no ativo ou passivo, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas de "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

Custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

4.2 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.3 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido as despesas das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Depreciação

As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens demonstrada na nota explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

4.4 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo do contrato de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado linearmente, com base no prazo remanescente da concessão ou pela vida útil (dos dois o menor), a partir da data em

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

4.5 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.6 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

4.7 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e partindo da estimativa da Sociedade de lucros tributáveis futuros.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, e dos ajustes referentes a eventuais mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 7.

4.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e que é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 7,30% ao ano em 31 de dezembro de 2018 (6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2017). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 7,30% ao ano em 31 de dezembro de 2018 (6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2017). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.10 Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.11 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.12 Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 18.

4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante o exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.14 Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas

IFRSs novas e revisadas já emitidas, adotadas

4.14.1 IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes

A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor a norma IFRS 15/CPC 47 que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas IFRS/CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15/CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Sociedade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com um cliente – um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos da IFRS 15 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos.

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato – um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente.

Passo 3: Determinar o preço da transação – o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente.

Passo 4: Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato – uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato.

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho – uma entidade reconhece receitas quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado à obrigação de desempenho satisfeita.

As controladas da Sociedade têm como principais transações a receita de pedágio e a receita de construção. A Sociedade realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos em relação ao reconhecimento anterior dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ao usuário, no caso da receita de pedágio, e conforme incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato de concessão, no caso das

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma IFRS 15/CPC 47.

4.14.2 IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Metodologia de estimativa de redução ao valor recuperável (*impairment*)

O IFRS 9 introduziu o conceito de Perdas de Crédito Esperadas em oposição às perdas de créditos incorridas na norma anterior (IAS 39). Os ativos financeiros sujeitos aos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) são aqueles mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O objetivo dos requisitos de *impairment* é reconhecer as perdas de créditos esperadas ao longo da vida para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial – seja avaliado individualmente ou coletivamente – considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

As controladas da Sociedade possuem concentração em sua carteira de clientes e não possuem histórico de perdas em seus instrumentos financeiros. A Administração efetuou uma análise de risco de crédito da carteira e concluiu que não existem perdas a serem reconhecidas em seus recebíveis e nem em relação aos demais instrumentos financeiros.

IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Sociedade não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Pronunciamento ou interpretação	Descrição
IFRS 16 – Arrendamentos (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	<p>A IFRS 16 fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Ela substituirá as seguintes normas e Interpretações quando estiver em vigor:</p> <ul style="list-style-type: none"> - IAS 17 Arrendamentos; - IFRIC 4 Determinação se um Acordo contém Arrendamento; - SIC-15 Arrendamentos Operacionais – Incentivos; e - SIC-27 Avaliação da Essência das Transações Envolvendo a Forma Legal de Um Arrendamento.
IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	<p>A IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e - Avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda; - Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. - Em caso negativo, a entidade deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.
Alterações à IFRS 9 - Características de Pagamento Antecipado com Compensação Negativa. (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	<p>As alterações à IFRS 9 esclarecem que, para determinar se uma característica de pagamento antecipado satisfaz a condição de “apenas pagamentos de principal e juros”, a parte que exerce a opção pode pagar ou receber compensação razoável pelo pagamento antecipado independentemente do motivo para o pagamento antecipado. Em outras palavras, as características de pagamento antecipado com compensação negativa não descumprem automaticamente condição de “apenas pagamentos de principal e juros”.</p>
Alterações à IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Investimentos de Longo Prazo em Coligadas e Joint Ventures (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	<p>A alteração esclarece que a IFRS 9, inclusive as exigências de redução ao valor recuperável, é aplicável a investimentos de longo prazo.</p> <p>Adicionalmente, ao aplicar a IFRS 9 a investimentos de longo prazo, a entidade não leva em conta os ajustes ao seu valor contábil necessários de acordo com a IAS 28 (isto é, ajustes ao valor contábil dos investimentos de longo prazo resultantes da alocação das perdas da investida ou da avaliação da redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 28).</p>

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

<p>Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2015-2017 - Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Combinações de Negócios, IFRS 11 (CPC 19 (R2)) - Negócios em Conjunto, IAS 12 (CPC 32) - Impostos sobre a Renda e IAS 23 (CPC 20 (R1)) - Custos de Empréstimos (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)</p>	<p>As Melhorias Anuais incluem alterações a quatro normas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - IAS 12 – Impostos sobre a Renda: As alterações esclarecem que a entidade deve reconhecer as consequências do imposto de renda incidente sobre dividendos no resultado, em outros resultados abrangentes ou no patrimônio dependendo de onde a entidade reconheceu originalmente as transações que geraram o lucro a distribuir. Este é o caso independentemente da aplicação de alíquotas fiscais diferentes para o lucro distribuído e a distribuir. - IAS 23 - Custos de Empréstimos: As alterações esclarecem que se houver algum empréstimo específico em aberto após o correspondente ativo estar pronto para seu uso ou venda pretendida, esse empréstimo se torna parte dos recursos que a entidade toma emprestado geralmente ao calcular a taxa de capitalização sobre empréstimos em geral. - IFRS 3 - Combinações de Negócios: As alterações à IFRS 3 esclarecem que quando a entidade obtém o controle de um negócio que é uma operação conjunta, a entidade aplica as exigências de combinação de negócios em estágios, inclusive a remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta ao valor justo. A participação anteriormente detida a ser remensurada inclui qualquer ativo, passivo e ágio não reconhecido relacionado à operação conjunta. - IFRS 11 – Negócios em Conjuntos: As alterações à IFRS 11 esclarecem que quando uma parte que participa em uma operação conjunta que corresponde a um negócio, mas não detém o controle conjunto dessa operação, obtém o controle conjunto dessa operação conjunta, a entidade não remensura a sua participação anteriormente detida na operação conjunta.
<p>Alterações à IAS 19 (CPC 33) - Alteração, Redução ou Liquidação de Plano de Benefícios aos Empregados (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)</p>	<p>As alterações esclarecem que o custo de serviços passados (ou do ganho ou da perda de liquidação) é calculado mensurando o passivo (ativo) de benefícios definidos com base em premissas atualizadas e comparando os benefícios oferecidos e os ativos do plano antes e após a alteração do plano (ou sua redução ou liquidação) mas ignorando o efeito do teto de ativos (que pode surgir quando o plano de benefícios definidos está em posição de superávit).</p> <p>A IAS 19 esclarece que a alteração no efeito do teto de ativos resultante da alteração do plano (ou sua redução ou liquidação) é determinada em uma segunda etapa e reconhecida normalmente em outros resultados abrangentes.</p> <p>Os parágrafos relacionados à mensuração do custo de serviços correntes e dos juros líquidos sobre o passivo (ativo) de benefícios definidos líquidos também foram alterados. A entidade deverá usar as premissas atualizadas dessa remensuração para determinar o custo de serviços correntes e os juros líquidos para o restante do período de relatório após a alteração do plano. No caso dos juros líquidos, as alterações esclarecem que para a alteração do plano após o período, os juros líquidos são calculados multiplicando-se o passivo (ativo) de benefícios definidos conforme remensurado de acordo com a IAS 19 e a taxa de desconto usada na remensuração (também levando em consideração o efeito das contribuições e os pagamentos de benefícios sobre o passivo (ativo) de benefícios definidos líquidos).</p>

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

<p>Alterações à IFRS 10 e IAS 28 Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto (em vigor para exercícios iniciados a partir de uma data a ser determinada)</p>	<p>As alterações tratam de situações em que há uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto.</p>
---	--

A Administração da Sociedade avaliou ou está em processo de avaliação e mensuração dos impactos na adoção dessas normas. Com base em avaliações preliminares a Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito significativo sobre as demonstrações financeiras, exceto pelo IFRS 16, em que a Sociedade entende que o maior impacto produzido por essa norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a rodovias e a aluguéis de edifícios e equipamentos, porém até o fechamento destas demonstrações financeiras, a Sociedade está em processo de análise destes e dos demais contratos de arrendamento para eleger o critério de transição à nova Norma

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Caixa e contas bancárias	1.445	2.046
Aplicações financeiras (*)	<u>5.641</u>	<u>5.315</u>
Total	<u><u>7.086</u></u>	<u><u>7.361</u></u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 94,81% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, Certificado de Depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõem os fundos de investimento, inclusive as LFT's, são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	5.962	5.448
Cupons de pedágio a receber	322	-
Cartões de pedágio a receber	88	359
Receitas acessórias a receber	121	314
Outras receitas a receber	<u>15</u>	<u>-</u>
Total	<u>6.508</u>	<u>6.121</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 25.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2018 e 2017. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como segue:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(87.112)	(77.527)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	29.618	26.359
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	<u>(37)</u>	<u>-</u>
Total	<u>29.581</u>	<u>26.359</u>
Impostos diferidos não constituídos	1.910	-
Imposto contabilizado	27.671	26.359
Imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	<u>27.671</u>	<u>26.359</u>
	<u>29.581</u>	<u>26.359</u>

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal (a)	300.295	221.580
Provisão de participação nos lucros	1.375	1.424
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	13.298	12.032
Outras provisões	628	834
Provisão para manutenção de rodovias	38.039	37.610
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	<u>353.635</u>	<u>273.480</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u>120.236</u>	<u>92.983</u>
<u>Diferenças temporárias passivas:</u>		
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	(50)	(25)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(25.143)	(25.143)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	5.410	4.141
Estorno de capitalização de juros	66	66
Amortização estorno de capitalização de juros	(21)	(7)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	<u>(19.738)</u>	<u>(20.968)</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u>(6.711)</u>	<u>(7.129)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>113.525</u>	<u>85.854</u>

- a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração; portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

<u>Impostos diferidos</u>	<u>Ativo não circulante</u>
2019	5.335
2020	4.654
2021	7.896
2022	10.067
2023	10.067
Após 2023	82.217
	<u>120.236</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio até 31 de dezembro de 2017. A partir de 1º de janeiro de 2018 esse percentual passou para 49% e permanecerá até 31 de dezembro de 2020. A partir de 1º de janeiro de 2021 passará para 53%. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo é de R\$13.380 (R\$12.456 em 31 de dezembro de 2017), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 96,30% da variação do CDI.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2016	432	414	553	632	999	73	-	3.103
Adições	49	132	45	323	282	-	25	856
Transferências/reclassificações	(8)	-	8	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	-	-	-	-	(13)	-	-	(13)
Saldo em 31.12.2017	473	546	606	955	1.268	73	25	3.946
Adições	2	715	-	-	8	-	82	807
Alienações/baixas	(4)	-	-	-	(3)	-	-	(7)
Saldo em 31.12.2018	471	1.261	606	955	1.273	73	107	4.746
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2016	(277)	(336)	(24)	(302)	(432)	(2)	-	(1.373)
Depreciações	(44)	(54)	(108)	(97)	(114)	(6)	-	(423)
Alienações/baixas	-	-	-	-	3	-	-	3
Saldo em 31.12.2017	(321)	(390)	(132)	(399)	(543)	(8)	-	(1.793)
Depreciações	(40)	(145)	(112)	(98)	(122)	-	-	(517)
Alienações/baixas	1	-	-	-	-	-	-	1
Saldo em 31.12.2018	(360)	(535)	(244)	(497)	(665)	(8)	-	(2.309)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2017	152	156	474	556	725	65	25	2.153
Saldo em 31.12.2018	111	726	362	458	608	65	107	2.437
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	10%	10%	10%

10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
Custo do intangível					
Saldo em 31.12.2016	1.154.616	792	36.414	-	1.191.822
Adições	59.340	74	141.187	41	200.642
Transferências/reclassificações	37.289	188	(37.455)	(22)	-
Alienações/baixas	(601)	-	-	-	(601)
Saldo em 31.12.2017	1.250.644	1.054	140.146	19	1.391.863
Adições	61.050	190	29.225	-	90.465
Transferências/reclassificações	152.406	-	(152.387)	(19)	-
Alienações/baixas	(233)	-	(16)	-	(249)
Saldo em 31.12.2018	1.463.867	1.244	16.968	-	1.482.079
Amortização acumulada					
Saldo em 31.12.2016	(135.505)	(640)	-	-	(136.145)
Amortizações	(66.319)	(156)	-	-	(66.475)
Transferências/reclassificações	16	(16)	-	-	-
Alienações/baixas	157	-	-	-	157
Saldo em 31.12.2017	(201.651)	(812)	-	-	(202.463)
Amortizações	(79.466)	(290)	-	-	(79.756)
Saldo em 31.12.2018	(281.117)	(1.102)	-	-	(282.219)
Intangível líquido					
Saldo em 31.12.2017	1.048.993	242	140.146	19	1.189.400
Saldo em 31.12.2018	1.182.750	142	16.968	-	1.199.860
Taxas de amortização - a.a.	5,57%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se principalmente a obras de contenção da Serra do Espigão no Km 108 em Monte Castelo – SC, e reforço, reforma e alargamento de viadutos sobre linhas férreas.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2018.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade capitalizou o montante de R\$3.675 (R\$10.886 em 31 de dezembro de 2017) referente aos custos de empréstimos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em relação aos valores principais de dívidas, em 2018 foi de 0,70% ao ano (2,07% ao ano em 2017).

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	3.544	3.544
Consumo	981	981
Custos contratuais da concessão	3.246	3.246
Depreciações e amortizações	67	67
Conservação da rodovia	4.153	4.153
Serviços de terceiros	5.176	5.176
Tributários	1.207	1.207
Resultados financeiros	(869)	(869)
Outros gastos	327	327
	<u>17.832</u>	<u>17.832</u>
Amortização acumulada	<u>(17.728)</u>	<u>(15.955)</u>
	<u>104</u>	<u>1.877</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

Moeda local	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	38.359	290.984	329.343	24.965	314.864	339.829
Captações/Renovações	28.563	-	28.563	8.795	3.589	12.384
Juros provisionados	28.466	-	28.466	30.659	909	31.568
Amortização de principal	(56.289)	-	(56.289)	(29.085)	-	(29.085)
Pagamento de juros	(28.485)	-	(28.485)	(25.328)	-	(25.328)
Transferência	32.323	(32.323)	-	28.378	(28.378)	-
AVP/Risco sacado	(33)	-	(33)	(25)	-	(25)
	<u>42.904</u>	<u>258.661</u>	<u>301.565</u>	<u>38.359</u>	<u>290.984</u>	<u>329.343</u>
Custo de transação	(202)	(1.367)	(1.569)	(197)	(1.534)	(1.731)
Saldo final	<u>42.702</u>	<u>257.294</u>	<u>299.996</u>	<u>38.162</u>	<u>289.450</u>	<u>327.612</u>

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

A composição dos empréstimos é como segue:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.12.2018	31.12.2017
BNDES	TJLP+2,58% a.a.	dez/25	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	228.249	252.986
BNDES	TJLP+2,62% a.a.	mar/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	42.379	44.675
BNDES	IPCA+8,99% a.a.	jan/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	25.746	27.626
BNDES	TJLP	jan/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	325	345
Risco sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	4.866	3.711
				301.565	329.343

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R\$4.866 (R\$3.711 em 31 de dezembro de 2017) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$12.000 e taxa média de 0,84% ao mês.

Em 31 de dezembro de 2018 as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	37.828
2021	40.849
2022	44.130
2023	47.691
Após 2023	88.163
	258.661

O item "h" das cláusulas restritivas do contrato firmado com o BNDES prevê que:

A Sociedade não deve realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 31 de dezembro de 2018 a Sociedade apresenta seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. No entanto, a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações financeiras trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	270	144.288	144.558	280	135.970	136.250
Juros provisionados	-	17.819	17.819	-	15.114	15.114
Pagamento de juros	(7.281)	-	(7.281)	(6.806)	-	(6.806)
Transferência	8.818	(8.818)	-	6.796	(6.796)	-
	<u>1.807</u>	<u>153.289</u>	<u>155.096</u>	<u>270</u>	<u>144.288</u>	<u>144.558</u>
Custo de transação	(134)	(807)	(941)	(106)	(735)	(841)
Saldo final	<u>1.673</u>	<u>152.482</u>	<u>154.155</u>	<u>164</u>	<u>143.553</u>	<u>143.717</u>

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.12.2018	31.12.2017
2ª Emissão - Série Única	100.000	IPCA + 8,17% a.a.	dez/25	155.096	144.558
				<u>155.096</u>	<u>144.558</u>

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
2ª Emissão - Série Única	15.12.2014	100.000	1.000	08.04.2015	106.845
		<u>100.000</u>			<u>106.845</u>

O valor justo das debêntures registradas no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

As debêntures da 2ª emissão são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

Em 31 de dezembro de 2018, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	8.197
2021	15.002
2022	22.735
2023	30.454
Após 2023	76.901
	<u>153.289</u>

Em 31 de dezembro de 2018 a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R\$14.067(R\$20.155 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$5.145 (R\$6.105 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (a)	-	16
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Autovias S.A. (c)	5	-
Total	<u>5</u>	<u>16</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	574	440
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	132	64
	<u>706</u>	<u>504</u>
Total	<u>706</u>	<u>504</u>

	PERÍODO					
	31.12.2018			31.12.2017		
<u>Contas de Resultado:</u>	<u>Conservação da rodovia (b)</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>	<u>Conservação da rodovia (b)</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	-	(3.771)	-	(11.258)	(3.200)
<u>Outras partes relacionadas</u>						
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	-	-	-	(939)	-	-
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.771)</u>	<u>(939)</u>	<u>(11.258)</u>	<u>(3.200)</u>

- (a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

Em abril de 2017 a Sociedade liquidou as obrigações relativas aos mútuos e debêntures descritos anteriormente por meio de aumento de capital, mediante emissão de 491.254.503 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal as quais foram totalmente integralizadas na mesma data.

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$909 (R\$10.356 em 31 de dezembro de 2017), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade reconheceu respectivamente o montante de R\$967 a título de remuneração e encargos de seus administradores, adicionado de R\$479 relativo ao rateio da Holding, que totaliza R\$1.446 (R\$1.222 em 31 de dezembro de 2017), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2018, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.700. Os administradores, não obtiveram

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados – PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.293 e R\$1.424.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é conforme segue:

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	31.12.2018
Cíveis	459	248	(91)	(205)	411
Trabalhistas	554	2.337	(462)	(570)	1.859
Regulatório	11.019	8.393	-	(8.394)	11.018
Total	12.032	10.978	(553)	(9.169)	13.288

	31.12.2016	Adições	Reversões	Pagamentos	31.12.2017
Cíveis	296	606	(193)	(250)	459
Trabalhistas	171	2.021	(519)	(1.119)	554
Regulatório	10.388	814	(132)	(51)	11.019
Total	10.855	3.441	(844)	(1.420)	12.032

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável pelos seus assessores jurídicos totalizando R\$11.018. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam o montante de R\$18.760 (R\$15.665 em 31 de dezembro de 2017).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos em 31 de dezembro de 2018 representam o montante de R\$1.660 (R\$1.467 em 31 de dezembro de 2017).

Os depósitos judiciais no montante de R\$1.711(R\$915 em 31 de dezembro de 2017), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$745 há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em sua maioria por depósitos relacionados a autos de infrações impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é conforme segue:

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Provisões	Circulante	Não circulante	Total
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2017	9.678	27.932	37.610
Adições/Reversões	-	26.205	26.205
Utilizações	(26.972)	-	(26.972)
Ajuste a valor presente	-	2.252	2.252
Transferências	38.413	(38.413)	-
Saldo em 31.12.2018	<u>21.119</u>	<u>17.976</u>	<u>39.095</u>

Provisões	Circulante	Não circulante	Total
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2016	22.185	26.729	48.914
Adições/Reversões	-	22.102	22.102
Utilizações	(36.034)	-	(36.034)
Ajuste a valor presente	-	2.628	2.628
Transferências	23.527	(23.527)	-
Saldo em 31.12.2017	<u>9.678</u>	<u>27.932</u>	<u>37.610</u>

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 referentes às manutenções realizadas foram de R\$25.932 (R\$36.034 em 31 de dezembro de 2017).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2018 é de R\$1.034.034, compostos por 1.539.096.796 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado é de R\$1.033.034 que representa 1.537.281.914 ações. O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 934.034, compostos por 1.358.131.802 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado era de R\$916.534 que representava 1.328.011.320 ações. A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

Notas Explicativas**Autopista Planalto Sul S.A.**

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
19.01.2018	AGE (*)	Dinheiro	-	-	2.000
22.01.2018	AGE (*)	Dinheiro	-	-	15.500
22.01.2018	AGE	Dinheiro	72.072.072	40.000	9.000
05.02.2018	AGE	Dinheiro	-	-	1.000
20.02.2018	AGE	Dinheiro	-	-	10.000
19.03.2018	AGE	Dinheiro	-	-	8.500
05.04.2018	AGE	Dinheiro	-	-	1.000
20.04.2018	AGE	Dinheiro	-	-	7.000
21.05.2018	AGE	Dinheiro	108.892.922	60.000	-
21.05.2018	AGE	Dinheiro	-	-	7.000
05.06.2018	AGE	Dinheiro	-	-	6.500
20.06.2018	AGE	Dinheiro	-	-	9.500
05.07.2018	AGE	Dinheiro	-	-	1.000
20.07.2018	AGE	Dinheiro	-	-	6.000
20.08.2018	AGE	Dinheiro	-	-	3.500
05.09.2018	AGE	Dinheiro	-	-	1.000
20.09.2018	AGE	Dinheiro	-	-	9.000
22.10.2018	AGE	Dinheiro	-	-	5.500
05.11.2018	AGE	Dinheiro	-	-	1.000
19.11.2018	AGE	Dinheiro	-	-	4.500
20.12.2018	AGE	Dinheiro	-	-	8.000
			<u>180.964.994</u>	<u>100.000</u>	<u>116.500</u>

(*) Integralização referente ao saldo do capital subscrito no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária de 20 de setembro de 2017.

Em 2017 foi realizado aumento de capital subscrito de R\$466.216, mediante emissão de 815.278.030 ações, sendo integralizados neste mesmo ano o valor de R\$468.716.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

19. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	Consolidado	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Receita de serviços prestados	159.449	142.144
Receita de serviços de construção	86.618	188.822
Outras receitas	709	609
Receita bruta	<u>246.776</u>	<u>331.575</u>
ISSQN	(8.002)	(7.136)
PIS	(1.053)	(939)
COFINS	(4.859)	(4.333)
Outras deduções	<u>(159)</u>	<u>(295)</u>
Receita líquida	<u><u>232.703</u></u>	<u><u>318.872</u></u>

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Despesas:		
Com pessoal	(5.669)	(5.920)
Serviços de terceiros	(1.638)	(2.168)
Manutenção de bens e conservação	(609)	(482)
Consumo	(689)	(607)
Transportes	(316)	(303)
Seguros/Garantias	(7)	(30)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(10.425)	(2.597)
Comunicação e marketing	(670)	(802)
Indenizações à terceiros	(1)	(5)
Publicações legais	(146)	(163)
Depreciação / Amortização	(1.032)	(954)
Outros	<u>(869)</u>	<u>(943)</u>
Total	<u><u>(22.071)</u></u>	<u><u>(14.974)</u></u>

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Custos:		
Com pessoal	(11.494)	(10.781)
Serviços de terceiros	(19.796)	(19.092)
Conservação	(14.756)	(14.205)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(1.014)	(775)
Consumo	(2.874)	(2.686)
Transportes	(2.090)	(2.075)
Verba de Fiscalização	(3.380)	(3.296)
Seguros / Garantias	(1.712)	(1.824)
Provisão de manutenção em rodovias	(26.205)	(22.102)
Custos de serviços da construção	(86.618)	(188.822)
Depreciação / Amortização	(81.014)	(67.741)
Outros	<u>(1.595)</u>	<u>(1.228)</u>
Total	<u><u>(252.548)</u></u>	<u><u>(334.627)</u></u>

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

21. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	1.617	1.994
Outras receitas	521	3.373
Total	<u>2.138</u>	<u>5.367</u>
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(42.609)	(47.054)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(2.219)	(2.604)
Outras despesas	(1.358)	(1.203)
Total	<u>(46.186)</u>	<u>(50.861)</u>
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Variação cambial líquida:		
Variação cambial	9	(7)
Total	<u>9</u>	<u>(7)</u>

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, caucões contratuais e obrigações fiscais	19.643	22.255
Integralização de capital – mútuos	-	268.716
Juros capitalizados	3.676	10.886
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(49.142)	(54.398)

23. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

	31.12.2018	31.12.2017
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo líquido do período	(59.441)	(51.168)
Número de ações durante período	1.492.687	1.049.750
Prejuízo por ação	<u>(0,0398)</u>	<u>(0,0487)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo diluído por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras trimestrais, conforme o quadro a seguir:

	Nível	31.12.2018		31.12.2017	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	7.086	-	7.361	-
Contas a receber clientes	Nível 2		6.508	-	6.121
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	13.380	-	12.456	-
Outras contas a receber	Nível 2	-	168	-	513
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	295.130	-	323.901
Debêntures	Nível 2	-	154.155	-	143.717
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	19.212	-	26.260
Fornecedores - Risco sacado	Nível 2	-	4.866	-	3.711
Partes relacionadas	Nível 2	-	706	-	504
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	286	-	277
Outras contas a pagar	Nível 2	-	2.266	-	637
		<u>20.466</u>	<u>483.297</u>	<u>19.817</u>	<u>505.641</u>

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Sociedade não apresenta saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 17 de dezembro de 2008, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	7,00%	8,75%	10,50%
Receita de aplicações financeiras	1.268	1.585	1.902
Juros a incorrer CDI líquido (*)	1.268	1.585	1.902
TJLP	7,03%	8,79%	10,55%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(26.597)	(31.483)	(36.368)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	(26.597)	(31.483)	(36.368)
IPCA	4,01%	5,01%	6,02%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(21.133)	(23.080)	(25.026)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(21.133)	(23.080)	(25.026)
Juros a incorrer líquido	(46.462)	(52.978)	(59.492)

Fonte dos índices: Relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2018 a Sociedade apresentava valores a receber de R\$5.962(R\$5.448 em 31 de dezembro de 2017) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. e Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica "Contas a receber".

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Debêntures - IPCA	9,87%	14.765	22.444	30.484	38.012	142.510	248.215
Finame	8,70%	58.357	58.136	57.873	57.633	155.018	387.017
Capital de giro	10,47%	4.866	-	-	-	-	4.866
Fornecedores e cauções contratuais	0,00%	19.212	-	-	-	-	19.212
Outras contas a pagar	-	2.266	-	-	-	-	2.266
Partes relacionadas	-	646	-	-	-	-	646
Fornecedores partes relacionadas	-	60	-	-	-	-	60
		<u>100.172</u>	<u>80.580</u>	<u>88.357</u>	<u>95.645</u>	<u>297.528</u>	<u>662.282</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/01 a 31/03/2019	01/04 a 30/06/2019	01/07 a 30/09/2019	01/10 a 31/12/2019	Total
Debêntures - IPCA	9,87%	-	-	-	14.765	14.765
Finame	8,70%	18.218	13.379	13.379	13.381	58.357
Capital de giro	0,00%	4.866	-	-	-	4.866
Fornecedores e cauções contratuais	0,00%	14.067	1.715	1.715	1.715	19.212
Outras contas a pagar	-	2.266	-	-	-	2.266
Partes relacionadas	-	646	-	-	-	646
Fornecedores partes relacionadas	-	60	-	-	-	60
		<u>40.123</u>	<u>15.094</u>	<u>15.094</u>	<u>29.861</u>	<u>100.172</u>

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2018, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita Responsabilidade civil	180.000 20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	68.680

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é de R\$61.328.

28. EVENTO SUBSEQUENTE

Abaixo relação de aumento de capital ocorrido na Sociedade:

<u>Data</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Ações emitidas</u>	<u>Valor Subscrito</u>
21.01.2019	AGE	120.754.717	64.000
			<u>64.000</u>

Abaixo relação de integralizações de capital ocorridas na Sociedade:

<u>Data</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Forma de Integralização</u>	<u>Valor integralizado</u>
21.01.2019	AGE*	Dinheiro	1.000
21.01.2019	AGE**	Dinheiro	14.500
20.02.2019	AGE**	Dinheiro	6.500
			<u>22.000</u>

(*) Integralização conforme ata do dia 21 de maio de 2018.

(**) Integralização conforme ata do dia 21 de janeiro de 2019.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Autopista Planalto Sul S.A

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Planalto Sul S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("tag") fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante e a coerência entre o número de eixos cadastrados no "tag" e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para dar suporte a nossa avaliação e ao nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

Ativo intangível - Avaliação do risco de redução do valor recuperável do ativo intangível

O ativo intangível é composto principalmente pelos investimentos e pelas obras realizadas nas rodovias e representa 89% do total do ativo nas demonstrações financeiras. A avaliação do valor recuperável do ativo intangível das concessionárias federais da Sociedade, as quais realizam obras de ampliação da capacidade e de melhoramento das rodovias que representam adições expressivas ao ativo intangível, foi significativa para a nossa auditoria, porque o processo de avaliação é complexo, envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado. Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de especialistas para a avaliação da razoabilidade das premissas e das metodologias usadas pela Sociedade, em especial aquelas que se referem ao crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou pelo crescimento econômico, pelas taxas de inflação esperadas, pela evolução demográfica, pelo volume de tráfego de veículos, entre outras premissas. As divulgações da Sociedade sobre o ativo intangível constam na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que evidencia a natureza de cada concessão, bem como os investimentos em melhorias na infraestrutura previstos para os próximos anos; e na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, que demonstra a movimentação dos saldos de ativo intangível durante o exercício. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos aceitável o valor do ativo intangível relacionado às concessões federais no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 27 de fevereiro de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

Rio Negro, 27 de fevereiro de 2019

Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro / Diretor de Relação com Investidores

Flavia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Rio Negro, 27 de fevereiro de 2019

Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro / Diretor de Relação com Investidores

Flavia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor Superintendente

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Sobreposição do logo da empresa com o título do relatório de administração.